

Câmaras Vazias

A Nação acompanha, alarmada, a rarefação progressiva na responsabilidade representativa do Congresso. Matérias de obrigação, para serem abordadas, exigem “esforço concentrado” — eufemismo que dissimula, simplesmente, a ausência de vontade de trabalhar.

No ritmo em que vão as coisas, o Congresso está aceitando até mesmo “pacotes” em que ele próprio é embrulhado. Ou recebe o “pacote” e aprova no escuro, ou sabe que o que está dentro é mercadoria eleitoreira e, portanto, “conveniente”.

São formas deprimentes de exercer a função representativa. Nesse comportamento, de fato, os congressistas não estão representando ninguém. Não se sentem “representantes”: agem por si mesmos, ou como títeres movidos sabe-se lá por que forças.

Representar não é votar no escuro: é ter respeito por alguém que elegeu um “representante”. Assim como o eleitor não vota no escuro, e pensa ainda que um pouco antes de depositar o seu voto na urna, assim também não poderia o “representante” cometer o desrespeito de votar maquinalmente, ou sem conhecimento de causa, nas deliberações parlamentares. Votar é, por definição, ato de consciência: não é uma formalidade.

O que está sendo feito só tem uma conseqüência: desacreditar o princípio do respeito à lei. Que lição mais terrível se poderia dar a uma sociedade ainda insuficientemente institucionalizada? Que pior lição de desrespeito ao poder legislativo? O que presenciamos é um verdadeiro suicídio da função pública.

Diz-se que isto acontece por se tratar de “ano eleitoral”. Que tem a ver o “ano eleitoral” com esse assustador entorpecimento do Congresso?

Falemos francamente: o famoso “contato com as bases” é permanente. Os congressistas têm, todo ano, os seus recessos — recesso de fim e de começo de ano; recesso de meio de ano. Tudo somado, isto ocupa a quarta parte do ano.

Também têm todo fim de semana. Encerram as sessões praticamente na quinta-feira. Voltam para casa. Têm passagem de graça, franquias postal, telefone de graça. Ano eleitoral, então, quer dizer recesso? Ficam todos recebendo sem trabalhar — até pelas “sessões extraordinárias” a que não comparecem? Será possível resolver tudo por “voto de liderança”?

Esse quadro vai solapando, de modo funesto, a função representativa. É o que se comenta de toda parte. Mas, quando a imprensa aborda o assunto, a resposta é

que se trata de “perseguição”; que o Congresso é um poder “desarmado” a ser protegido.

Ora, se o Congresso não tem exércitos nem batalhões de polícia, é dessa mesma fraqueza que ele deveria extrair a sua força, através de um comportamento exemplar. A força teria de vir da respeitabilidade, do sentimento da lei. Não é o que estamos presenciando.

Surge agora o Senado com um projeto de aumento das suas instalações, implicando a construção de um prédio com 13 andares, um gabinete para cada Senador. Para que é isto, num país pobre? O público desconfia automaticamente que se trata de expediente para aumentar o espaço onde instalar o “funcionalismo parlamentar” e acelerar os “trens da alegria”, antigamente privilégio de medíocres câmaras de vereadores.

O Senado não precisa de grandes espaços para trabalhar. O Senado histórico dos EUA assemelha-se a uma sala de aula com algumas carteiras. A nossa Câmara, entretanto, também vai pelo caminho da abundância “espacial”. Quando funcionava no acanhamento do Palácio Tiradentes, exibia muito mais força política — porque criava as condições para que essa força crescesse.

Espanta não perceberem os congressistas que, quando a imprensa aborda esses assuntos, está ecoando o estado de espírito da sociedade. A sociedade quer orgulhar-se do seu corpo representativo, exatamente por ser ele o que é. Mas, para isso, precisa ter motivos.

Reclama o Congresso a divulgação das suas atividades burocráticas. Ora, o Congresso não existe pela rotina, nem avulta pelo seu trabalho burocrático: a força que ele pode ter (e que pode ser enorme) vem da sua condição de organismo político, câmara de ressonância das aspirações sociais. Foi em nome dessa força que os velhos Andradas desafiaram, um dia, um canhão.

Mas o que se ouve nos recintos parlamentares, atualmente, parece distante das aspirações nacionais. Tome-se a relação de projetos: tudo cheira a mercadoria eleitoreira. Bajular a sociedade não é representar a sociedade. Será a agonia de “garantir uma vaga”?

Por esse caminho, não se garante nada. Ou antes, garante-se que o Congresso será, um dia, cobrado asperamente pelo que deixou de fazer, por esse comportamento sem transparência. Se o Congresso se recusa a passar pelo crivo de uma nova era, deixará rapidamente de ter poder. E isto é o que de pior podia acontecer à jovem democracia brasileira.